

Luzes portuguesas na caverna do patriarcado brasileiro

*Constância Lima Duarte**

Universidade Federal de Minas Gerais

Para Maria Teresa Horta,
com especial admiração e carinho.

*De Mariana tiramos o mote, de nós mesmas
o motivo, o mosto, a métrica dos dias.
(NCP)*

Resumo: *Novas cartas portuguesas* revelou literariamente as diversas formas de opressão a que as mulheres estavam submetidas através dos séculos, pela distorcida mística imposta pelo patriarcalismo – verdadeira caverna que cerceava o pensamento das mulheres e seu lugar na sociedade. A publicação do livro das *três marias* contribuiu para a formação de um senso crítico, ampliou a consciência feminista, e propiciou o surgimento de uma literatura engajada

* Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (1991). É professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, com atuação no Programa de Pós-Graduação em Letras Estudos Literários. Tem experiência na área de Literatura Brasileira, com ênfase nos seguintes temas: literatura de autoria feminina, crítica literária feminista, literatura do Rio Grande do Norte e Literatura de Minas Gerais. Dentre suas publicações, destacam-se *Nísia Floresta: vida e obra*; *Mulheres em Letras*; *A escritura no feminino*; *Mulheres de Minas: lutas e conquistas*, entre outros.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

também entre nós. O texto pretende refletir sobre a repercussão da publicação da obra na mídia impressa e entre as feministas brasileiras.

Palavras-chave: História do feminismo. *Novas cartas portuguesas*. Repercussão na mídia impressa brasileira.

Quando as autoras das *Novas cartas portuguesas* começaram a escrevê-las, e mesmo depois que as publicaram, não deviam ter ideia da repercussão que elas obteriam em tão pouco tempo, muito menos do volume de destinatárias que alcançariam. Sim, porque as cartas rapidamente romperam as fronteiras do país, levadas por mãos ansiosas e ventos libertários, e alcançaram outros espaços, outras dimensões, adquirindo uma importância inaudita.

Marco histórico na luta pela igualdade e na denúncia da subalternidade secular das mulheres, bem como das injustiças decorrentes do regime ditatorial, o livro questionou a mística criada em torno do “segundo sexo”, antecipou uma das bandeiras dos movimentos feministas da década de 70 ao demonstrar que “o pessoal é político”, e ainda se configurou como legítimo documento de recriação da palavra literária.

O governo português tentou impedir a divulgação dessas *cartas*. Invadiu livrarias, recolheu livros, prendeu as autoras, divulgou calúnias e ameaças. Mas o resultado foi o contrário do esperado, pois logo intelectuais, feministas e defensores dos direitos humanos surgiram na Europa e nas Américas, numa rede de solidariedade jamais vista, para protestar contra o julgamento descabido das *três marias*.

Às perguntas que elas fizeram às irmãs, na Terceira Carta V – “Mas o que pode a literatura? Ou antes: o que podem as palavras?” – respondemos com segurança que as suas foram poderosas o bastante para romper fronteiras e provocar reflexão e desordem. Para além de seus primeiros destinatários – a sociedade portuguesa –, elas também nos alcançaram para nos revelar as clausuras em que vivíamos.

Se literatura é antes de tudo memória – e memória da humanidade, as *Novas cartas portuguesas* conteriam, na verdade, a memória poética, social e política da mulher, pois se configuraram desde então como autêntico painel de denúncias.

Por isso, quando o livro chegou ao Brasil (o escândalo chegou bem antes, é verdade), em 1974, foi rapidamente consumido pelas jovens feministas leitoras de Beauvoir e Betty Friedan, ansiosas por denunciar a opressão, a dependência econômica, a invisibilidade social das mulheres. Para muitas, deve ter ocorrido o mesmo que aconteceu comigo: o deslumbramento, ao encontrar nas *Cartas*, a mais pura e autêntica versão literária de feminismo! E sua leitura foi poderosa o bastante para deixar gravada em mim a admiração definitiva por suas autoras. Depois fui conhecendo a obra individual de cada uma, e logo reconheci numa delas a mesma paixão, o mesmo desejo de transgressão.

Apresentadas como sendo apenas cartas, as *Novas cartas portuguesas* surpreendem ao misturar os gêneros próprios à escrita do eu. Há cartas, é verdade, mas há, também, poemas, páginas de diários, ensaios, artigos e depoimentos que se embaralham nas fronteiras movediças dos gêneros, e deixam confusas as até então sólidas instâncias de escritor, narrador e personagem. Também o pacto autobiográfico, presente na maioria das obras dessa natureza, não se encontra aí. Ao contrário. Ao afirmarem entre si o compromisso de nunca revelarem o que cada uma escreveu, as autoras se diluem frente ao leitor e assumem a escrita como um todo, numa variante pós-moderna de escrita de si. Enfim, não temos nem carta, nem autobiografia, nem autoficção. E, ao mesmo tempo, temos tudo isso e muito mais. São escritas de um eu reinventado, ficcionalizado, que mistura memória individual e memória histórica. Que resgata o passado enquanto o atualiza por meio de vozes múltiplas, vindas do âmago da condição feminina. E, por serem muitas as Marianas, são também muitos os estilos e intertextos.

Durante algum tempo, as primeiras notícias surgidas na imprensa brasileira sobre o livro limitavam-se a pequenas notas sem assinatura, que informavam laconicamente que três escritoras portuguesas publicaram um livro considerado pornográfico pelo governo, que por isso o recolheu e estava processando as autoras e seu editor. Depois, com a repercussão que o caso adquiriria na Europa e Estados Unidos, as notas foram tomando corpo e dando mais detalhes. No dia 20 de julho de 1973, por exemplo, o *Jornal do Brasil*, sob o título “O crime das três Marias”, traz uma nota, sem assinatura, que informa o apoio que a obra estava recebendo de

importantes periódicos, como *Time* e *L'Express*. Na impossibilidade de expressar uma opinião, o jornal se limita a transcrever a de outros, como essa, do *L'Express*, tão confusa quanto assustada: “O crime das três Marias é menos perdoável ainda pelo fato de o livro não ser apenas uma obra incômoda, mas também um grande texto literário o que leva ao risco de obtenção de audiência internacional.”

Destaca-se, nessa época, a cobertura feita pela revista *Veja* que, na edição de 10 de outubro de 73, trouxe uma matéria francamente favorável. Depois de resumir as antigas *Cartas portuguesas*, tem início a matéria: “Em abril do ano passado surgiram as *Novas cartas portuguesas* sustentando que as mulheres portuguesas de hoje vivem tão enclausuradas e expostas aos desejos masculinos e submissas, quanto a infeliz religiosa setecentista.” Discorre sobre a apreensão dos volumes pela polícia, o processo, a fiança, o julgamento, e trata de cada escritora, suas obras e vidas particulares, destacando Maria Teresa Horta como sendo a mais radical. Cita, também, trechos de uma entrevista dessa autora: “Não nos interessa a simples emancipação da mulher. Nós queremos liberdade.” E liberdade só haverá, segundo ela, “quando os padrões masculinos de comportamento deixarem de ser impostos às mulheres, não só em Portugal, mas em todos os países, sem capitalistas ou socialistas, sejam atrasados ou desenvolvidos.” Trata, ainda, do desequilíbrio dos salários em Portugal, em que as mulheres recebiam até 60% a menos que os homens para realizar as mesmas tarefas. E dá notícias do movimento de solidariedade que se alastrava diante das embaixadas portuguesas e do risco de o processo fazer parte da luta internacional pela libertação da mulher. (Revista *Veja*, 10 de outubro de 1973).

Em 26 de outubro de 73, o *Jornal do Brasil* informa que teve início o julgamento das escritoras, mas de portas fechadas, e que representantes do movimento feminista de várias partes do mundo estavam em Lisboa acompanhando de perto os acontecimentos. No dia seguinte, ficamos sabendo, pelo mesmo jornal, que o julgamento foi adiado, e mais uma vez o autor da matéria lembra que as réis eram “mães de família, na casa dos 30 anos de idade, com filhos pequenos”. Era tão inaudito o fato de mulheres serem processadas como autoras de obras ‘contra os costumes’, que se justifica a reiterada insistência com que os órgãos de

imprensa informam que elas tinham filhos crianças. E novamente são transcritos alguns comentários do *Time*, que destaca os “valores literários da obra”, e do *L’Express*, que se trata de “verdadeira obra-prima, sem nada de imoral em seu conteúdo”. A partir daí, as notas continuam nesse e demais jornais, como *Estado de São Paulo* e *O Globo*, semelhantes entre si, dando conta do julgamento, dos protestos, até a notícia da absolvição.

No ano seguinte, surgem notícias sobre os depoimentos que aconteciam no Tribunal de Lisboa. O *Jornal do Brasil*, em 15 de março de 74, transcreve parte das falas de Fernando Namora e Alexandre O’Neil em defesa do livro. Para Namora, “nenhuma obra de arte pode ser considerada pornográfica”; e, para O’Neil, tratava-se, em resumo, de “obra de grande mérito”. Logo, o tom do *JB* começava a mudar. Em outra matéria, também sem assinatura, encontramos o seguinte:

Se o livro do General António de Spínola foi o catalisador que acabou dando no chão com o regime salazarista – e como tal entra para a História – é preciso não esquecer uma outra peça literária importante – Novas cartas portuguesas – que também desempenhou o seu papel. (*Jornal do Brasil*, 28 de abril de 1974).

E termina assim o texto: “Uma das caudas da opressão portuguesa – na colocação de um dos livros – já desapareceu. Resta conhecer a nova atitude do homem português em relação às suas marias”.

Em 8 de maio de 74, *O Globo*, sob o título “Justiça portuguesa absolve as 3 Marias”, transcreve parte do veredito: “O extenso depoimento prestado pelos réus (as escritoras mais o editor) leva-me à conclusão de que o livro não tem caráter pornográfico nem imoral. Trata-se de uma obra de arte.” E surgem os primeiros textos assinados. Em 1º de junho, o *Jornal do Brasil* traz substancioso artigo de Hélio Pólvora, que defende com entusiasmo as escritoras, aproximando a freira enclausurada do século XVII com as três enclausuradas por “uma sociedade preconceituosa, moralista, antipermisiva”. Se Soror Mariana lhes forneceu a munição, elas universalizaram o pretexto. São suas palavras: “Basta-lhe [ao livro], a seriedade da intenção, o ardor do manifesto que as Autoras lhe imprimiram, a prosa criativa, o veio poético”.

Em Belo Horizonte, no jornal *Estado de Minas*, de 2 de junho do mesmo ano, também encontramos matéria favorável ao livro, assinada pelo jornalista Roberto Drummond, na época um jovem ficcionista perseguido pela censura. É com ironia que ele inicia seu texto: “Se não fosse a censura portuguesa, é quase certo que a estas horas, ainda que o livro seja muito bom, não estivessem anunciadas a edição americana e a francesa das *Novas cartas portuguesas*”. Após citar jornais e revistas favoráveis às escritoras, lembra Buñuel quando diz que a “censura jamais pode atemorizar ou liquidar um artista, seja cineasta ou escritor, porque o artista verdadeiro encontrará uma maneira de enganar a censura”. Após comentar a estrutura do livro, faz ainda o seguinte comentário.

Para muitos, *Novas cartas portuguesas* é um livro feminista. Sim, ele é; mas é muito mais do que isso, é um livro que nos leva a parar de ler e a ficar revendo coisas; é um livro como os que pretendem, dentro da literatura nova, provocar revoluções culturais (ou existenciais), até porque a experiência ensina que é preciso haver transformações individuais (também).

E conclui do seu jeito bem humorado:

Inquietante, forte, belo, o livro das três Marias é daqueles que valem tudo: valem prisão, valem tuberculose, valem ameaças e dá vontade de terminar mandando um telegrama às três Marias: Felicidade Pt Liberdade Pt Abraços Pt. (Jornal Estado de Minas, 2 de junho de 1974).

Mas, nesse mesmo mês de junho, a revista *Veja* traz uma bomba que explode no colo das feministas: trata-se da divulgação da carta em que Maria de Fátima Velho da Costa comunicava o rompimento com as companheiras. São suas as palavras: “Não gosto do que foi feito daquele livro. Não gosto do que foi feito de mim com ele. Quando foi feito era um livro. Hoje é um livro feminista”. E a culpa, segundo ela, “é do folclórico grupo de feministas brasileiras, composto de artistas, estudantes, mulheres intelectuais e deslumbradas de modo geral, que vivem em Paris”, que “transformaram o livro em Bíblia, dizendo que era

o que faltava ao movimento feminista. Movimentaram-se, venderam-no nos Estados Unidos, fizeram dele peças de teatro, comícios e procissões em bulevares e avenidas”. (Revista *Veja*, 26 de junho de 1974).

Através do desabafo de Maria Velho ficamos sabendo do papel que mulheres brasileiras, então exiladas na Europa, tiveram na divulgação do livro. Mais que isso: o quanto se identificaram com a causa das três marias, também elas vítimas de perseguição e injustiça. Foram essas mulheres, aliás, que, ao retornarem ao Brasil, se revelaram pensadoras da causa feminina, publicando livros, criando jornais, militando na política. Mas a carta de Maria Velho da Costa não ficou sem resposta. De Paris Monique Wittig tomou a defesa das militantes brasileiras, e divulgou uma “Carta feminista revolucionária”, em que condena o recuo da escritora portuguesa. Também o jornal *O Globo*, de 3 de novembro de 74, destaca o rompimento das escritoras através de matéria de Cristina Gurjão, de Lisboa, sob o título, “As 3 Marias agora são duas”.

Em dezembro de 74, Maria Teresa Horta vem ao Brasil lançar a edição brasileira das *Novas cartas portuguesas* e seu novo livro de poemas – *Minha senhora de mim*. Ao registrarem sua presença, os jornais ora fazem matérias simpáticas, ora apenas destacam o radicalismo de seu feminismo. O *Jornal do Brasil*, de 1º de dezembro, por exemplo, transcreve uma entrevista em que a autora denuncia a situação de opressão em que vivia a mulher portuguesa. Dentre os muitos exemplos que deu, lembro alguns: em Portugal, o homem tem direito de matar a mulher adúltera; o pai tem direito de vida sobre a filha menor de 21 anos; no campo, o homem português não carrega carga, só a mulher; e o homem pode viajar levando os filhos, mas a mulher precisa sempre ter a autorização do pai. E terminou citando o velho ditado que regulava as relações de gênero naqueles tempos: “lá em casa quem manda é ela, mas quem manda nela sou eu”.

Algumas resenhas elogiosas a *Minha senhora de mim* são publicadas no *Estado de São Paulo*, na *Folha de São Paulo*, em *O Globo* e no *JB*. Neste, há uma mais consistente, assinada por Hélio Pólvora, em 1º de dezembro, que traz o seguinte título: “A distensão na poesia feminina”. E todos são unânimes ao falar do sucesso das tardes de autógrafos e da receptividade dos livros.

Mas, aos poucos, o assunto sai de pauta da grande imprensa. Enquanto isso, nossa ditadura ora recrudescer, ora se distende, e o movimento feminista brasileiro vai tomando fôlego. Apenas nos anos 80, por ocasião das duas visitas que Maria Isabel Barreno faz ao país, voltamos a ter notícias das *Novas cartas portuguesas*. A primeira visita ocorreu em setembro de 82, quando a escritora foi convidada para participar do I Festival Nacional das Mulheres nas Artes, uma organização de Ruth Escobar, com apoio da revista *Nova*. Ao apresentá-la, os jornais invariavelmente lembram a história das *Novas cartas*, e a perseguição sofrida pelas autoras. Segundo declaração de Maria Isabel Barreno, divulgada no *Estado de São Paulo*, de 2 de setembro,

As mulheres [portuguesas] ainda no início da década de 70 não só se chamavam quase todas Marias, como enfrentavam um destino comum de passividade e de trabalho duro. O que acontecia é que o regime salazarista oprimia os homens e eles então oprimiam as mulheres.

No *Jornal do Brasil*, de 18 de setembro do mesmo ano, Beatriz Bonfim publica extensa matéria sobre a escritora – “uma das três marias que em 1972 abalaram o regime português com a publicação de NCP” – em que Barreno relata as mudanças ocorridas com ela desde o lançamento do polêmico livro. “Não renego as *Cartas*”, afirma, “mas estou em busca de novos caminhos”. Revela-se satisfeita em não ter que falar apenas das *Novas cartas portuguesas*, pois “já caminhei muito depois disto”; e afirma estar distante das outras duas que “seguiram vias diferentes”. Confessa, principalmente, “não conseguir mais identificar-se com um discurso agressivo e contestário...”.

A segunda visita de Isabel Barreno ocorreu em 84, quando veio lançar os *Contos analógicos*, o romance *Inventário de Ana*, e ainda uma série de painéis que misturavam poesia, bordados, costuras e crochês. Segundo ela, em matéria assinada por Elizabeth Lorenzotti, para a *Folha de São Paulo*, em 6 de maio, “o ato básico da criatividade é viver. Com o bordado, a cada pontinho, aprendi a viver-me por dentro, uma coisa que é difícil de explicar”. Também o *Jornal do Brasil* tem uma longa

reportagem, sob o título “Maria Isabel Barreno traz sua prosa e seus poemas bordados”. A jornalista que a assina, Elizabeth Orsini, chama a atenção para os cabelos grisalhos, a fisionomia serena, “bem diferente da moça que em 1972, aos 33 anos de idade, abalou o regime português com a publicação de *NCP*, libelo sobre a condição feminina em Portugal”. Mas é na longa matéria assinada por Antônio Gonçalves Filho, com o título “Maria de novo, bordando ideias”, publicado na *Folha de São Paulo* de 24 de abril de 84, que se encontra o elogio contundente da mudança da escritora, e críticas ao feminismo.

Há doze anos ela era presa pela temível polícia salazarista junto com as outras duas célebres marias (...). Hoje, afastada de uma militância jamais caracterizada pela agressividade, mas antes pela séria reflexão histórica sobre essa condição, Maria Isabel Barreno aos 46 anos, exhibe uma aparência tranquila de quem já ultrapassou certas fases de luta ainda presentes no movimento feminista.

E conclui: “Suas preocupações atuais (além de seus dois filhos) não convergem para os movimentos contestatórios”. A informação colocada entre parênteses parece funcionar como um salvo conduto para a escritora: qualquer preocupação só é válida se vier depois, e além, da que ela deveria ter para com seus filhos.

Enfim, para concluir, queria dizer que considero ainda hoje válida a leitura e a releitura das *Novas cartas portuguesas*, seja para constatar como as mudanças foram lentas na vida das mulheres, seja para verificar como as desigualdades entre os gêneros se mantêm, assim como os fundamentalismos patriarcais. O livro continua atual e representa uma permanente contribuição para a história das mulheres no seu sentido mais amplo, de clamor por justiça e igualdade.

O apelo feito pelas escritoras portuguesas – “Chegou a hora de dizer ‘Basta!’ e de formar um só bloco com os nossos corpos.” – repercute fortemente ainda hoje, nesse novo século, entre as jovens do grupo Femen, que usam o próprio corpo em seus protestos, deserrotizando os

seios, e proclamando aos quatro ventos que “meu corpo não é honra de ninguém”, pois “meu corpo me pertence”.

[Texto recebido em maio de 2013 para compor a corrente edição especial]

Referências

BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho da. *Novas cartas portuguesas*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1974.

BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho da. *Novas cartas portuguesas*. Edição anotada. Organização Ana Luisa Amaral. Lisboa: D. Quixote, 2010.

E as edições de jornais e revistas citadas.

Portuguese lights in the cave of Brazilian patriarchy

Abstract: New Portuguese letters revealed literarily various forms of oppression that women were submitted through the centuries, distorted mystically and imposed by patriarchy - real cave that surround the thinking of women and their place in society. The publication of the book of the three mollies contributed to the formation of a critical sense, expanded the feminist consciousness and propitiated the emergence of a literature of commitment among ourselves. The text aims to reflect on the impact of the publication of the work in the print media and among Brazilian feminists.

Keywords: History of feminism. New Portuguese letters. Impact of the Brazilian print media.

